


UnilaSalle
Editora

DESENVOLVE: Revista de Gestão do Unilasalle (ISSN 2316-5537)

<http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve>

Canoas, v. 5, n. 1, mar. 2016

 <http://dx.doi.org/10.18316/2316-5537.16.17>

ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA DOS JOVENS UNIVERSITÁRIOS RIO-GRANDENSES

Kelmara Mendes Vieira¹

Franciele Reis Kunkel²

Jéssica Pulino Campara³

Ana Luiza Paraboni⁴

Resumo: A crescente proliferação de instrumentos de crédito tem reforçado a necessidade da alfabetização financeira que vem assumindo papel fundamental ao possibilitar a tomada de decisões responsáveis e o alcance do bem-estar financeiro. Este estudo teve por objetivo verificar se os estudantes universitários do interior do estado do Rio Grande do Sul (RS) são alfabetizados financeiramente e se há diferenças de média no nível de alfabetização financeira se avaliadas variáveis como gênero, idade, estado civil, ascendência, independência financeira, dependentes, renda, fonte de renda e área de ensino. Foram aplicados 810 questionários em estudantes de graduação de universidades públicas e privadas do estado do RS. Os resultados revelam que os estudantes exibem um comportamento financeiro positivo, mas aquém do ideal; apresentam nível insatisfatório de conhecimento financeiro, culminando em um grau mediano de alfabetização financeira e preocupam-se em controlar e pagar todos os seus compromissos de crédito, apesar de não apresentarem hábitos de poupar mensalmente.

Palavras-chave: Conhecimento Financeiro; Comportamento Financeiro.

FINANCIAL LITERACY OF YOUNG RIO-GRANDENSES UNIVERSITY STUDENTS

Abstract: The proliferation growing of credit instruments has strengthened the need of financial literacy which has assumed a critical role in enabling, making responsible decisions and the scope of financial well-being. This study aimed to verify if university students from the interior of Rio Grande do Sul (RS) are financially literate and there are differences in the average level of financial literacy when evaluated such as gender, age, marital

¹ Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduação em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Bolsista em Produtividade em Pesquisa do CNPQ – nível 2. Atua como professora associada do Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Editora da Revista Sociais e Humanas. Endereço postal: Av. Roraima, 1000, Santa Maria – RS. CEP 97105-900. E-mail: kelmara@terra.com

² Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduada em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduada em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

⁴ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

status, ancestry, financial independence, dependents, income, source of income and education area variables. In totally, 810 questionnaires were applied in public and private university students. The results indicate that students exhibit a positive financial behavior, but less than ideal; present unsatisfactory level of financial knowledge, culminating in a medium degree of financial literacy; and they are concerned to control and pay all their credit commitments, while they not present habits to save monthly.

Keywords: Financial Knowledge; Financial Behavior.

Introdução

A evolução dos mercados demográficos e econômicos atrelada à crescente complexidade e proliferação dos produtos financeiros e instrumentos de crédito tem reforçado, tanto em nível individual quanto social, a necessidade da alfabetização financeira (ANSONG, 2011). A alfabetização sempre se mostrou importante para os consumidores, auxiliando os mesmos a gerenciar sua renda, poupar e investir de forma eficiente. Entretanto, como os mercados financeiros estão se tornando cada vez mais sofisticados, exigindo das famílias maior responsabilidade na tomada de decisões de cunho econômico-financeiro, a educação financeira vem sendo cada vez mais necessária, não somente para garantir o bem-estar dos indivíduos e das famílias, mas também para facilitar o bom funcionamento dos mercados financeiros e da economia.

Segundo a Organização para a Cooperação Econômica (OECD, 2005), como resultado da evolução dos mercados econômicos e financeiros, os indivíduos estão tendo maior acesso a uma ampla variedade de instrumentos financeiros e estão participando de forma mais ativa do mercado, seja investindo, fazendo empréstimos, utilizando o cartão de crédito, seja simplesmente abrindo uma conta corrente. Atuar de forma responsável em meio a essa variedade de produtos ofertados pode ser desafiador para aqueles com conhecimento financeiro básico e “esmagador” para aqueles com pouco ou nenhum conhecimento, asseguram Lusardi, Mitchell e Curto (2010). Dentro dessa perspectiva, Remund (2010) afirma que a plena participação dos indivíduos nas atividades financeiras está condicionada à presença de um conjunto de conhecimentos, competências e capacidade financeira, ou seja, o desenvolvimento de bons níveis de alfabetização financeira torna-se imperativo. Segundo Savoia (2007), a alfabetização financeira é o processo de aquisição de conhecimentos e habilidades que possibilitam tomar decisões de forma mais segura, melhorando o gerenciamento das finanças pessoais.

A partir do panorama exposto, observa-se que a maior importância da educação financeira é a capacidade que ela desenvolve nas pessoas de gerir suas finanças, ou seja, o

apoio que ela proporciona às famílias na manutenção da sustentabilidade econômica. Em uma cultura que demanda responsabilidade individual e autossuficiência, a alfabetização financeira caracteriza-se como um componente essencial para uma vida adulta bem sucedida (POTRICH, 2014).

A importância da alfabetização para a tomada de decisões financeiras responsáveis, bem como de atitudes, comportamentos e hábitos financeiros positivos ou negativos se dá pelo fato de que estes aspectos formados na juventude persistem ao longo da vida adulta e afetam não apenas o bem-estar financeiro e econômico, mas também o bem-estar psicológico e as relações familiares e sociais (SHIM et al., 2010). Assim, torna-se relevante a realização de estudos que levantem questionamentos acerca do nível de alfabetização financeira, possibilitando, *a priori*, maior compreensão sobre o tema. Dentro dessa perspectiva, este trabalho buscou responder à seguinte questão: os estudantes universitários são alfabetizados financeiramente? Para responder ao problema de pesquisa delineado, estabeleceram-se os seguintes objetivos: i) mensurar o nível de educação financeira dos universitários, ii) examinar o tipo de comportamento financeiro mantido pelos estudantes e iii) verificar se há diferenças de conhecimento e comportamento financeira se consideradas variáveis demográficas e socioeconômicas. Como público alvo para esta pesquisa, determinaram-se estudantes de universidade públicas e privadas do interior do estado do Rio Grande do Sul. A escolha desse público, jovens universitários, foi motivada pela constatação de que o conhecimento adquirido e os comportamentos financeiros desenvolvidos durante a juventude são levados para a vida adulta, influenciando diferentes situações de cunho financeiro e pessoal.

O trabalho está estruturado em cinco seções, incluindo a introdução. A segunda seção apresenta a base teórica e empírica que sustenta o estudo. A terceira parte contempla o percurso metodológico adotado. Na sequência, são apresentados os resultados e, por fim, as considerações mais relevantes sobre a temática abordada, as limitações e as principais sugestões para estudos futuros.

2. Alfabetização financeira: o que é e qual sua importância

A alfabetização financeira é um tema de extrema relevância que vem sendo cada vez mais discutido pela academia em virtude de seu papel central na sustentabilidade da saúde financeira e econômica dos indivíduos, à medida que a detenção de conhecimentos e

habilidades financeiras subsidia o controle e a tomada de decisões financeiras (POTRICH, 2014).

Huston (2010) define alfabetização financeira como sendo tanto o conhecimento quanto a aplicação de capital humano às finanças pessoais, resultando em um comportamento capaz de promover responsabilidade financeira pessoal, bem-estar financeiro e qualidade de vida. Além de possuir conhecimento financeiro, o indivíduo, para ser considerado alfabetizado financeiramente, deve possuir a habilidade e a confiança necessárias para aplicar esse conhecimento na tomada de decisões. Nesse sentido, a alfabetização financeira vai além da ideia básica de educação financeira (Mccormeck, 2009; Huston, 2010); pois, como afirmado por Donadio, Campanario e Rangel (2012, p. 78), “a alfabetização financeira possui duas dimensões: o entendimento, que representa o conhecimento financeiro pessoal – ou educação financeira – e sua utilização, ou seja, a aplicação do conhecimento na gestão das finanças pessoais”. Segundo a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD, 2011), a alfabetização financeira pode ser compreendida como uma combinação de conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para a tomada de decisão financeira e o alcance do bem-estar financeiro.

Remund (2010) constatou que, apesar de não haver consonância entre as definições propostas, a maioria das conceituações recaiu sobre as categorias: conhecimento de conceitos financeiros, habilidade para comunicar conceitos financeiros, atitude para gerenciar as finanças pessoais, habilidade para tomar decisões financeiras apropriadas e confiança para planejar as necessidades financeiras futuras. Tendo por base essas categorias, o autor definiu a alfabetização financeira como uma medida do grau em que um indivíduo entende conceitos financeiros-chave e possui habilidade e confiança para gerir adequadamente suas finanças pessoais. Mediante a isso, consegue tomar decisões de curto prazo e realizar um planejamento financeiro de longo prazo mais eficiente, permanecendo atento aos eventos de sua vida e às mudanças das condições econômicas.

Para Hung, Parker e Yoong (2009), a alfabetização financeira pode ser ilustrada por quatro variáveis: conhecimento financeiro, atitudes financeiras, comportamento financeiro e habilidades financeiras, as quais estão correlacionadas entre si. Para os autores, o conhecimento financeiro coordena as atitudes, as quais, por sua vez, influenciam o comportamento de gestão financeira. Dentro dessa perspectiva, Norvilitis e MacLean (2010) e Xiao et al. (2011) afirmam que o conhecimento financeiro por si só não é suficiente para a gestão eficaz das finanças, uma vez que a influência do conhecimento financeiro sobre o comportamento é mediada pelas atitudes financeiras do estudante.

Essa breve revisão de conceitos revela que, apesar de não haver uma definição única para a alfabetização financeira, há congruência quanto ao fato de a mesma abranger tanto o entendimento de conceitos financeiros quanto à habilidade e capacidade para aplicar o conhecimento adquirido.

Segundo Vitt et al. (2004), a alfabetização financeira desempenha papel-chave no processo de tomada de decisões financeiras responsáveis à medida que representa um esforço sistemático visando ao desenvolvimento de conhecimentos, comportamentos e atitudes financeiras positivas. Amadeu (2009) destaca a capacidade que os indivíduos alfabetizados financeiramente passam a ter de gerir e planejar suas ações financeiras de curto e longo prazo com vistas a manter o bem-estar econômico. Indivíduos considerados alfabetizados financeiramente são bem informados e educados acerca de questões relacionadas ao gerenciamento de ativos, investimentos, poupança, crédito, entendem os conceitos básicos subjacentes à gestão dos recursos e utilizam adequadamente o conhecimento adquirido para planejar e implementar decisões financeiras, o que acaba por contribuir, em um nível individual, para o fortalecimento da defesa do consumidor na medida em que indivíduos financeiramente educados são menos vulneráveis a fraudes e abusos, estando, portanto, em melhor posição para se autoprotger e denunciar comportamentos abusivos demonstrados por autoridades financeiras e, em um nível macroeconômico, para a eficiência das operações dos complexos mercados financeiros, uma vez que esses consumidores têm um maior conhecimento das condições do mercado, o crescimento dos níveis de investimento e o desenvolvimento da economia como um todo (HOGARTH, 2002).

A importância da alfabetização financeira é reforçada quando se analisam os efeitos adversos do analfabetismo sobre a gestão financeira (CHEN; VOLPE, 1998; SHIM et al., 2010; MENDES-DA-SILVA; NAKAMURA; MORAES, 2012). Para Norvilitis et al. (2006) e Lyons (2007), a in experiência financeira ou a posse de conhecimentos financeiros limitados ou insuficientes acarretam maiores dificuldades na compreensão de conceitos financeiros básicos, elevando o risco de o indivíduo incorrer em problemas financeiros como a inadimplência e a falência. Corroborando com esses resultados, Beal e Delpachitra (2003) observaram que baixos níveis de educação financeira ocasionam o uso inadequado do cartão de crédito, levando os indivíduos a assumirem compromissos financeiros sem a capacidade de cumpri-los, o que contribui para o aumento do endividamento. Considerando que indivíduos com pequenas habilidades financeiras estão mais sujeitos a tomar decisões equivocadas, Anderloni e Vandone (2010) argumentam que uma das grandes funções da alfabetização é atuar como medida preventiva para o controle da inadimplência, uma vez que a mesma

alavanca a compreensão dos indivíduos em relação às suas transações financeiras, tornando-os mais capacitados para a tomada de decisões.

2.1 Relação das variáveis socioeconômicas e demográficas com a alfabetização financeira

Em pesquisa realizada com alunos de graduação, Shimet al. (2010) verificou que, enquanto alguns estudantes buscavam aprender a bem gerenciar suas finanças, outros adotavam comportamentos de risco, extrapolando o valor de seu orçamento, contraindo dívidas excessivas no cartão de crédito e deixando de cumprir os compromissos financeiros dentro do prazo. Para os autores, o melhor entendimento do porquê ocorre essa disparidade de comportamento pode ser obtido mediante a análise do perfil socioeconômico e demográfico dos estudantes, tendo em vista sua influência sobre a alfabetização financeira.

Lusardi, Mitchel e Curto (2010) verificaram uma grande lacuna de conhecimento entre homens e mulheres, sendo os homens os maiores detentores de conhecimento. Lusardi e Tufano (2009), investigando especificamente o nível de educação financeira para com questões de crédito, verificaram que tanto mulheres jovens (idade inferior a 30 anos) quanto idosas (idade superior a 65 anos) possuem menores níveis de alfabetização se comparadas aos homens. Estudos realizados por Chen e Volpe (1998) e Lusardi e Mitchel (2006) ampliam as evidências de que as mulheres apresentam maior dificuldade em realizar cálculos financeiros e menor nível de conhecimento, o que acaba por dificultar a habilidade de tomada de decisões financeiras responsáveis.

Analisando a faixa etária, Atkinson e Messy (2012) evidenciaram que indivíduos em idade adulta (30 a 40 anos) apresentam maiores índices de alfabetização financeira se comparados aos jovens. Para os autores, o baixo nível de conhecimento financeiro apresentado pelos jovens atrelado à ausência das habilidades necessárias à gestão eficaz dos recursos financeiros abre um alerta quanto às possíveis consequências decorrentes de comportamentos financeiros irresponsáveis. Para Lyons (2004), um dos efeitos visíveis do analfabetismo financeiro é a maior incidência dos jovens em problemas de endividamento no cartão de crédito.

Segundo Atkinson e Messy (2012), os baixos níveis de renda estão associados a menores níveis de alfabetização financeira, na medida em que indivíduos de baixa renda podem enfrentar maiores dificuldades no acesso à educação. Segundo os autores, baixos patamares de renda estão frequentemente associados à ausência de comportamentos financeiros desejáveis, como a implementação de um programa de poupança ou investimentos

mensais, o planejamento das necessidades financeiras futuras ou ainda comportamentos financeiros irresponsáveis, como empréstimos para pagamento de despesas corriqueiras.

Outra variável sociodemográfica atrelada à alfabetização financeira refere-se ao nível de escolaridade. Maiores níveis de alfabetização financeira são encontrados em indivíduos com maior nível de escolaridade e maior acesso às informações financeiras. Nesse sentido, Amadeu (2009) aponta que o maior contato, durante a graduação ou em cursos especializados, com disciplinas de cunho financeiro ou econômico, influencia positivamente as práticas financeiras cotidianas. Na investigação realizada pelo autor, alunos dos cursos de Ciências Econômicas e Administração apresentaram maior nível de conhecimento financeiro. De acordo com Lusardi e Mitchel (2006), indivíduos com menores escores educacionais apresentam maior dificuldade em responder corretamente tanto a questões financeiras básicas como taxas de juros e valor do dinheiro no tempo, quanto questões mais complexas relacionadas ao mercado de capital, risco e retorno de investimentos. Entretanto, apesar de os indivíduos com maiores escores educacionais apresentarem melhores índices de alfabetização financeira se comparados aos com menor nível de escolaridade, os níveis de alfabetização, de modo geral, são baixos, inclusive entre os mais escolarizados, como revela estudo realizado por Chen e Volpe (1998).

O estado civil e a experiência profissional também apresentam relação com o nível de alfabetização financeira. De acordo com Research (2003), os solteiros são significativamente mais predispostos a ter menores níveis de conhecimento financeiro, se comparados aos indivíduos casados. Chen e Volpe (1998) concluíram que indivíduos com maior tempo de serviço passam por mais experiências financeiras e por esse motivo adquirem maiores conhecimentos, o que facilita a análise de informações mais complexas e fornece embasamento para a tomada de decisão. Por outro lado, trabalhadores com baixa qualificação ou desempregados tendem a apresentar desempenho inferior devido ao menor contato com questões financeiras (RESEARCH, 2003). O regime de trabalho também pode influenciar as atitudes e os comportamentos financeiros, tendo em vista que indivíduos com renda estável possuem melhores condições de organizar e planejar sua vida financeira.

Outro aspecto a ser considerado é a etnia. Grable e Joo (2006), ao estudarem a educação financeira, concluíram que os estudantes universitários que se autointitulam brancos apresentam melhores níveis de responsabilidade financeira em comparação aos negros. Da mesma forma, Lusardi e Mitchell (2006) observaram que negros e hispânicos são mais propensos a responder erroneamente a questões de cunho financeiro e econômico. Sendo

assim, indivíduos brancos apresentam um maior nível de organização e controle de despesas que indivíduos afrodescendentes.

Lusardi e Tufano (2009) afirmam que, entre os americanos, a falta de alfabetização relacionada ao endividamento pode ser mais relacionada a determinados grupos, sendo particularmente grande entre as mulheres, os idosos, as minorias, as pessoas de baixa renda e entre os divorciados. Ressaltam ainda que indivíduos com baixos níveis de alfabetização tendem a incorrer em transações de alto custo, ao contratar empréstimos com maior carga tarifária, pagar tarifas de cartão de crédito mais elevadas e contrair dívidas excessivas, muito em função de sua ignorância financeira. Da forma similar, Campbell e Disney (2006) e Gathergood (2011) observaram que indivíduos com menores níveis de alfabetização financeira são menos propensos a refinanciar suas dívidas durante períodos de baixa taxa de juros, possuem menor patrimônio líquido e são mais propensas a apresentar dificuldades para cumprir seus compromissos financeiros.

3. Método

Visando a atingir o objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa descritiva de cunho quantitativo. O estudo considerou como universo de pesquisa estudantes de diferentes universidades públicas e privadas do interior do estado do Rio Grande do Sul. O processo de amostragem caracterizou-se como não probabilístico intencional, tendo em vista que não se conhecia, *a priori*, a probabilidade de cada elemento da população ser escolhido e houve a definição deliberada dos respondentes que comporiam a amostra. A coleta dos dados foi realizada de forma aleatória, em ambiente externo, através do contato com os estudantes dispostos a participar da pesquisa. Os questionários foram aplicados durante os meses de outubro e novembro de 2012 em uma amostra de 810 estudantes, pertencentes a universidades públicas (Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal do Pampa e Universidade Estadual do Rio Grande do Sul) que corresponderam a 69% do total (557) e a faculdades privadas (Faculdade Integrada de Santa Maria, Faculdade Metodista de Santa Maria, Faculdade Palotina de Santa Maria, Centro Universitário Franciscano, Universidade de Cruz Alta, Universidade da Região da Campanha) que representaram 31% do total (253).

O instrumento de coleta de dados foi composto por dois blocos de perguntas. Tendo em vista que não há um instrumento operacional validado que mensure a alfabetização financeira em sua totalidade (Remund, 2010), optou-se pela utilização de uma *proxy*, seguindo procedimento adotado por diversos pesquisadores (Knoll, Houts, 2002; Shim et al.,

2009, Shim et al., 2010; Aktinson, Messy, 2012), os quais têm, normalmente, avaliado a alfabetização através de um ou dois fatores. Nesse estudo, definiu-se o conhecimento financeiro e o comportamento financeiro como *proxies* da alfabetização financeira. Sendo assim, estudantes com baixo nível de conhecimento financeiro e com comportamentos financeiros indesejados foram classificados como analfabetos financeiros, já os estudantes com níveis satisfatórios de conhecimento e comportamentos financeiros positivos foram classificados como alfabetizados financeiramente. Para mensurar o comportamento financeiro, foi utilizada a medida proposta por Matta (2007), a qual foi desenvolvida com base nos estudos de Chen e Volpe (1998), Johnson (2001) e Shockey (2002). A medida, composta por 20 questões está organizada em uma escala do tipo *likert* de 4 pontos - (1) nunca, (2) quase nunca, (3) quase sempre e (4) sempre - e avalia o comportamento mantido pelos estudantes universitários na gestão financeira, utilização do crédito pessoal, consumo planejado, investimento e poupança.

Para avaliar o nível de conhecimento financeiro, foi construído um índice a partir da soma das respostas de dois conjuntos de questões de múltipla escolha adaptadas de Rooij, Lusardi e Alessie (2011). O primeiro conjunto (definido como conhecimento básico), composto por cinco perguntas, teve por objetivo medir habilidades financeiras básicas como o entendimento de questões relacionadas à inflação, taxa de juros simples e composta e valor do dinheiro no tempo. O segundo grupo (definido como conhecimento avançado), composto por dez questões, buscou explorar o nível de conhecimento em relação a instrumentos financeiros complexos, como ações, títulos públicos e diversificação de investimento. O índice de conhecimento é composto pela soma da pontuação obtida nas questões de conhecimento financeiro básico e avançado. Para cada uma das 5 questões de conhecimento básico, foi atribuído peso 0,2 para a resposta correta e, para cada uma das 10 questões de conhecimento avançado, foi atribuído peso de 0,4⁵. Dessa forma, o estudante que acertou as 5 questões de conhecimento básico atingiu pontuação máxima de um (1), enquanto que o estudante que acertou todas as questões de conhecimento avançado atingiu pontuação máxima de quatro (4). A pontuação do índice de conhecimento como um todo variou de 0 (pontuação obtida se o estudante errou todas as questões) a 5 (pontuação obtida caso o estudante tenha acertado todas as questões). De acordo com a pontuação obtida, os respondentes foram classificados como detentores de baixo nível de conhecimento financeiro (pontuação inferior a 60% do máximo, ou seja, pontuação inferior a 3), nível médio (entre 60% e 79% da pontuação máxima, ou seja,

⁵O valor atribuído a cada questão do grupo de perguntas do conhecimento financeiro básico (valor 0,2) e do conhecimento financeiro avançado (valor 0,4) foi definido a critério do pesquisador.

pontuação entre 3 e 4) e alto nível de conhecimento financeiro (acima de 80% da pontuação máxima, ou seja, superior a 4 pontos). Tal classificação foi estabelecida seguindo o procedimento proposto por Chen e Volpe (1998). O segundo bloco foi composto por 8 questões que visaram a identificar o perfil dos respondentes, através de aspectos como gênero, idade, estado civil, ascendência, independência financeira e renda pessoal.

Para a análise dos dados, foi utilizado o software SPSS 17.0®. Em um primeiro momento, realizou-se a estatística descritiva dos dados com o objetivo de conhecer o perfil dos respondentes e analisar cada indicador separadamente. Com o intuito de examinar se há diferenças de conhecimento financeiro e comportamento financeiro, se considerados fatores demográficos e socioeconômicos, foram utilizados os testes de diferença de média (teste *t*) e análise de variância (ANOVA). A fim de verificar diferenças de média entre dois grupos (sexo), foi utilizado o teste *t* de *Student*, o qual compara a média de uma variável em um grupo com a média da mesma variável em outro grupo. Já para verificar se há diferença de média para variáveis com mais de dois grupos, foi aplicada a análise de variância (ANOVA), a qual permite comparar, simultaneamente, a média de vários grupos utilizando variáveis contínuas.

Por fim, realizou-se a Análise Fatorial Exploratória visando a encontrar os fatores determinantes para o comportamento financeiro. Para verificar a adequação da análise fatorial para o conjunto de dados, aplicaram-se os testes de esfericidade de Bartlett e a medida de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO). A confiabilidade dos fatores gerados foi testada através do *Alpha de Cronbach*.

4. Análise dos Resultados

A pesquisa compreendeu universitários do interior do estado do Rio Grande Sul, sendo a amostra final composta por 810 estudantes. Evidencia-se que a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) teve a maior contribuição para a constituição da amostra, dado que 47,7% (387 estudantes) dos participantes são oriundos dessa instituição, sendo seguida pela Universidade do Pampa (UNIPAMPA) com 19,3 % (156 estudantes) e pela Universidade da Região da Campanha (URCAMP) com 6,3% (51 estudantes). A maior participação de estudantes dessas universidades se deu em virtude da facilidade de acesso e maior interesse dos estudantes em contribuir com a pesquisa. Quanto ao perfil dos respondentes, verificou-se que a maior parcela pertence ao gênero feminino (56,9%), é solteira (79,5%) e apresenta idade média de 24 anos, o que se justifica pelo público-alvo da pesquisa, estudantes universitários.

No que tange à ascendência, 68,6% dos respondentes classificaram-se como brasileiros e 14,2% como italianos. A maior parte dos estudantes pesquisados não possui dependentes - filhos, enteados, pais (84,1%) - e não são independentes financeiramente (54,2%), o que pode ser confirmado pela baixa renda auferida pelos mesmos, a qual em 42,2% dos casos não ultrapassa 1 salário mínimo e, em 26% dos casos, é de no máximo 2 salários mínimos. A renda é adquirida principalmente mediante trabalho assalariado (45,8%), bolsas recebidas da universidade (16,7%) e estágio remunerado (15,9%).

A maioria dos universitários pesquisados faz algum curso relacionado à área das Ciências Sociais e Aplicadas (75,2%). Dentre esses estudantes, 36% cursam Administração, 14,2%, Ciências Contábeis e 7,5%, Direito. Os outros cursos de maior representatividade amostral referem-se à área das Ciências da Saúde (7,8%) e das Ciências Agrárias (7,4%). As demais áreas apresentaram pequena porcentagem de participação.

Os universitários também foram questionados sobre o nível de importância da aquisição de informações sobre educação financeira e sobre os principais veículos de obtenção dessas informações. Para a grande maioria dos participantes, 99,2%, a obtenção de informações de educação financeira pessoal é importante, sendo que os principais meios de acesso são internet, revistas especializadas ou folhetos informativos e televisão.

Após o conhecimento do perfil dos respondentes, passou-se para a segunda etapa, a construção dos fatores relativos ao comportamento financeiro por meio da realização de uma Análise Fatorial Exploratória (AFE). Quanto ao método de rotação, foi utilizado o procedimento Varimax, considerado um procedimento que minimiza o número de variáveis com altas cargas sobre um valor o que acaba por reforçar a interpretabilidade dos fatores (MALHOTRA, 2006). Para se verificar a adequação da utilização da AFE, aplicaram-se os testes de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) e de esfericidade de *Bartlett*. Os resultados dos testes foram satisfatórios, sendo que o KMO apresentou um coeficiente de 0,767 e o teste de *Bartlett* apresentou resultado significativo (valor 1647,801; sig.0,000), indicando a fatorabilidade dos dados.

Com os índices KMO e *Bartlett* adequados, partiu-se para a análise das comunalidades extraídas, que representam a proporção da variância explicada pelos fatores e que, por regra prática, devem alcançar um valor superior a 0,5 (MALHOTRA, 2006). Sete variáveis foram retiradas sucessivamente por não apresentarem o valor mínimo exigido. Na sequência, para a determinação do número de fatores e as questões correspondentes a cada um, utilizou-se o critério dos autovalores maiores que 1 e obtiveram-se quatro fatores que juntos representam 61% da variância explicada. A Tabela 1 apresenta a composição dos fatores.

Tabela 1: Cargas fatoriais obtidas com a rotação Varimax normalizada

Variáveis	Fatores			
	1	2	3	4
02. Anoto e controlo os meus gastos pessoais (ex.: planilha de receitas e despesas mensais, caderno de anotações financeiras).	0,810			
05. Fico mais de um mês sem fazer o balanço dos meus gastos.	0,723			
04. Sigo um orçamento ou plano de gastos semanal ou mensal.	0,690			
03. Estabeleço metas financeiras que influenciam na administração de minhas finanças (ex.: poupar certa quantia em 1 ano).	0,640			
15. Poupo visando à compra de um produto mais caro.		0,797		
14. Poupo mensalmente.		0,768		
16. Possui uma reserva financeira maior ou igual a 3 vezes a minha renda mensal, a qual pode ser usada em casos inesperados (ex.: desemprego, doença).		0,683		
09. Tenho utilizado cartões de crédito por não possuir dinheiro disponível para as despesas.			0,718	
20. Prefiro comprar um produto financiado a juntar dinheiro para comprá-lo à vista.			0,715	
19. Compro por impulso.			0,656	
11. Mais de 10% da minha renda está comprometida com compras a crédito (exceto financiamento de imóvel e carro).			0,640	
12. Pago integralmente a fatura do(s) meu(s) cartão (ões) de crédito a fim de evitar encargos financeiros (juros e multas).				0,845
13. Confiro a fatura do(s) meu(s) cartão (ões) de crédito para averiguar erros e cobranças indevidas.				0,794

Fonte: Elaborado pelos autores, 2014.

O primeiro fator denominado “gestão financeira” é composto por quatro questões que abordam temas relacionados à fixação de metas financeiras, controle de gastos e planejamento financeiro. O segundo fator foi estabelecido com 3 questões, as quais se relacionam diretamente com o hábito de poupar e com a forma como os indivíduos administram seus rendimentos de modo a terem capacidade financeira para cumprir com seus compromissos e/ou superar imprevistos. Diante disso, o segundo fator foi denominado “poupança”. O terceiro fator, reconhecido como “crédito pessoal”, aborda o comportamento e as condições de compra, consumo e pagamento apresentado pelos indivíduos. O quarto fator foi denominado “organização e controle dos compromissos financeiros”, abordando aspectos ligados à organização e controle do pagamento da fatura do cartão de crédito. Após a formação dos fatores, buscou-se verificar a consistência interna das escalas, através do teste de confiabilidade *Alfa de Cronbach*; que, segundo Hair et al. (2009), deve possuir valores superiores a 0,6 em estudos de caráter exploratório. A Tabela 2 apresenta o valor do *Alfa de Cronbach* e as estatísticas descritivas para cada um dos fatores.

Tabela 2: Confiabilidade e estatística descritiva dos fatores gerados a partir da Análise Fatorial Exploratória

Fatores	<i>Alfa de Cronbach</i>	Média	Mediana	Desvio Padrão
Gestão financeira	0,742	2,633	2,750	0,555
Poupança	0,711	2,545	2,500	0,797
Crédito e consumo	0,640	2,882	3,000	0,690
Organização e controle dos compromissos financeiros	0,602	3,425	3,500	0,738

Fonte: Elaborado pelos autores, 2014.

Observando os resultados apresentados na Tabela 2, percebeu-se que todos os fatores alcançaram um *Alfa de Cronbach* mínimo satisfatório, ratificando a consistência interna dos mesmos. Na análise da estatística descritiva, observou-se que, em média, os participantes apresentaram um comportamento financeiro adequado, mas abaixo do ideal, se considerado que a escala variava de um (1) a quatro (4) pontos. Aqui é importante destacar que as questões 05, 09, 20, 19 e 11, que retratam comportamentos financeiros negativos, foram invertidas de modo a serem avaliadas como as demais questões, ou seja, em uma escala ascendente, em que 1 equivale a comportamentos financeiros ruins e 4 corresponde a ótimos comportamentos financeiros. Os melhores comportamentos financeiros apresentados pelos respondentes referem-se às questões ligadas aos fatores “Organização e controle de compromissos financeiros” (média 3,425) e “Crédito e consumo” (média 2,882). Os estudantes pesquisados preocupam-se com a utilização adequada do cartão de crédito, conferindo e pagando regularmente a fatura de modo a evitar possíveis problemas financeiros, evitam a realização de compras por impulso e a utilização frequente do crédito. O fator “Gestão financeira” apresentou média de 2,633, indicando que os estudantes apresentam relativa preocupação com o controle e o cumprimento de seus compromissos financeiros, mantendo para tanto registros dos gastos pessoais, elaborando orçamentos mensais e estabelecendo metas financeiras. O fator de menor média foi “Poupança”, com valor de 2,545, indicando que os universitários ainda não adquiriram o hábito de poupar mensalmente ou poupar para a aquisição de um bem de valor maior, o que pode ser explicado pelo fato de os mesmos serem jovens e não se preocuparem com essas questões ou ainda por terem um baixo rendimento financeiro, o que impede a formação de uma poupança mensal.

Visando a compreender se há diferença de média no comportamento financeiro dos universitários se consideradas variáveis demográficas e socioeconômicas, foram realizados os

testes *t* e análise de variância – ANOVA. A partir desses testes, constatou-se que, no fator “Gestão financeira”, a única variável que não apresentou diferença significativa foi o gênero, indicando que homens e mulheres apresentam comportamentos similares de gestão financeira pessoal. Quanto à idade, verificou-se que as pessoas com mais de 26 anos tendem a melhor organizar, planejar e manter um maior controle sobre suas finanças (média 2,73), se comparadas com estudantes mais novos. Tal resultado pode ser explicado, segundo Atkinson e Messy (2012), pelo fato de as pessoas mais velhas possuírem maior experiência e, portanto, conhecerem a necessidade e a importância da organização e do planejamento financeiro; enquanto os jovens, normalmente, não detêm o conhecimento e as habilidades necessárias para o gerenciamento eficiente do seu dinheiro. Ao analisar o estado civil, percebeu-se que os indivíduos casados apresentam um melhor comportamento de gestão financeira (média 2,76), se confrontados com os indivíduos solteiros. Este resultado pode ser esclarecido pelo maior senso de responsabilidade financeira e preocupação quanto à necessidade de estabilidade e bem-estar financeiro, presente nas pessoas casadas e, principalmente, nos indivíduos casados e com filhos. Já com relação à independência financeira, notou-se que os acadêmicos financeiramente independentes possuem um melhor comportamento de gestão financeira (média 2,70), motivado pelo senso de responsabilidade e obrigação com o cumprimento de seus compromissos financeiros, desenvolvido a partir do momento em que o indivíduo é responsável único pelo pagamento de suas contas. Aqueles que possuem dependentes apresentaram melhor comportamento (2,76) se comparados aos universitários que não possuem, o que pode ser justificado pela maior necessidade de planejamento financeiro e controle dos gastos, tendo em vista a possibilidade de gastos inesperados. Visualizando o aspecto renda, constatou-se que os universitários com maior nível de renda mensal desenvolvem melhores comportamentos de gestão dos recursos financeiros. Tal resultado corrobora os estudos de Atkinson e Messy (2012) e Agarwalla et al. (2012), que afirmaram que maiores níveis de renda estão associados com melhores comportamentos financeiros. Os respondentes cuja fonte de renda é o trabalho assalariado foram os que apresentaram melhor comportamento de gestão (média 2,72). Por fim, os estudantes de cursos ligados à área das ciências sociais e aplicadas, os quais apresentam em sua grade curricular disciplinas de finanças e economia, administram suas finanças pessoais de forma mais eficiente, o que pode ser explicado pelo maior conhecimento detido por esses indivíduos quanto à importância da boa gestão financeira para o bem-estar e a qualidade de vida.

Analisando o fator “Poupança”, constatou-se que as variáveis que apresentaram diferenças significativas foram: gênero, ascendência, renda e área de ensino. Para as demais

variáveis não foram encontradas diferenças, o que indica, para esse estudo, que os estudantes, de modo geral, não desenvolveram o hábito de poupar mensalmente e não costumam poupar para adquirir bens de valor superior. Os entrevistados do sexo masculino demonstraram ter melhores hábitos de poupança (média 2,66) que as mulheres. Segundo Falahati e Paim (2012), as diferenças de comportamento entre homens e mulheres se justificam, em parte, devido aos diferentes processos de socialização vivenciados por esses indivíduos. Enquanto as famílias adotam uma estratégia de socialização financeira mais protecionista para as mulheres, protegendo as mesmas da prática financeira, incentivam os homens a participar da tomada de decisões financeiras, o que faz com que eles, desde cedo, adquiram um maior conhecimento e tenham uma visão mais ampla dessas questões. Considerando a ascendência, observou-se que os estudantes de origem alemã (média 2,77) e italiana (2,57) são mais propensos a ter o hábito de poupar parte de seus rendimentos mensais. No que tange à renda, os estudantes com renda mensal mais elevada são mais predispostos a poupar mensalmente e a possuir uma reserva financeira em casos de necessidade, o que se justifica pela própria disponibilidade de renda para esses fins. Estudantes com menor nível de renda, normalmente, utilizam todo o seu rendimento para o cumprimento dos compromissos financeiros. No que diz respeito à área de ensino, estudantes de cursos vinculados à área das ciências sociais e aplicadas, que possuem disciplinas de finanças pessoais e de mercado em sua grade curricular, apresentam hábitos de poupança mais desenvolvidos, se comparados a estudantes de outras áreas, o que se justifica, em termos, pela maior conscientização da importância de se manter uma reserva financeira oriunda do aprendizado sobre gestão das finanças pessoais.

Quanto ao fator “Crédito e consumo”, foram verificadas diferenças significativas para as variáveis gênero, idade, estado civil, independência financeira, o fato de possuir ou não dependentes, renda e fontes de renda. Os homens obtiveram maior pontuação (média 2,94) se comparados às mulheres, indicando que os mesmos são mais responsáveis no uso do crédito e costumam não fazer compras por impulso. Tal achado corrobora o resultado encontrado por Lusardi e Mitchell (2006), no qual as mulheres demonstraram ter comportamentos de crédito e consumo menos responsáveis. Quanto à idade, os estudantes mais novos – com menos de 20 anos – mostraram-se mais responsáveis (média 3,02) no uso do crédito. Tal resultado foi surpreendente, dado que diferentes estudos têm apontado que indivíduos mais velhos exibem um melhor comportamento de crédito e consumo, muito em virtude do maior senso de responsabilidade e maior experiência com questões de cunho financeiro (ATKINSON; MESSY, 2012). Destaca-se ainda que os estudantes solteiros (média 2,93), dependentes financeiramente (média 2,93), sem dependentes (média 2,90) e detentores de uma renda

inferior a 1 salário mínimo (média 3,00) são mais responsáveis no uso do crédito e na hora de consumir. O bom comportamento no uso no crédito e na realização de compras entre os indivíduos de baixa renda pode ser explicado, parcialmente, pela sua restrição orçamentária, uma vez que a renda é destinada ao pagamento das despesas básicas.

Analisando o fator “Organização e controle de compromissos financeiros”, observaram-se diferenças de comportamento, estatisticamente significativas, para as variáveis idade, renda, fonte de renda e área de ensino. Os indivíduos de maior faixa etária, acima de 26 anos, demonstraram maior organização e controle na conferência e no pagamento das faturas do cartão de crédito. Com relação à renda, os estudantes que recebem entre 2 e 3 salários mínimos apresentam maior nível de controle quanto aos seus compromissos, o que corrobora o estudo realizado por Atkinson e Messy (2012), no qual os consumidores de renda média foram classificados como indivíduos preocupados com o cumprimento de suas obrigações de crédito. Por fim, os estudantes de cursos ligados à área das sociais e aplicadas mostraram-se mais organizados e comprometidos com o pagamento do cartão de crédito, muito em virtude de seu conhecimento sobre o valor das taxas incidentes sobre a parcela da fatura não paga, obtido, provavelmente, nas disciplinas de finanças ofertadas pelos cursos.

Após analisar detalhadamente o comportamento financeiro mantido pelos universitários, partiu-se para a avaliação do nível de conhecimento financeiro. Para tanto, foi construído um índice a partir da soma das respostas das questões de múltipla escolha adaptadas do estudo de Rooij, Lusardi e Alessie (2011), conforme explicitado no método.

O conjunto de questões integrantes do fator conhecimento financeiro básico teve por objetivo mensurar o entendimento dos universitários quanto a questões corriqueiras como taxa de juros simples e composta, inflação, valor do dinheiro no tempo, ilusão do dinheiro. Pela análise, deflagra-se que a única questão com bom nível de acertos, acima de 80%, foi a questão referente à taxa de juros simples, o que indica que os estudantes detêm um bom conhecimento sobre esse assunto. As questões relativas à taxa de juros composta, inflação e ilusão do dinheiro tiveram percentual de acertos mediano, já a questão sobre valor do dinheiro no tempo foi respondida corretamente por apenas 11,9% dos estudantes, indicando que os estudantes têm dificuldade em compreender a desvalorização do dinheiro ao longo do tempo. Analisando o número de acertos por respondente, verificou-se o baixo nível de compreensão que os mesmos possuem em relação a assuntos básicos que podem ser vistos e acompanhados quase que diariamente nos noticiários ou até vivenciados em situações de compra de mercadorias. Do total de respondentes, 7,5% erraram ou não souberam responder a nenhuma das questões propostas, 33,2% acertaram menos de 3 questões, 36,1% acertaram a 4 questões

e somente 2,7% dos estudantes acertaram a todas as questões. Tais resultados fizeram com que a média do fator conhecimento financeiro básico ficasse em 0,571, ou seja, em média, os respondentes acertaram 57,1% das questões. Considerando a classificação proposta por Chen e Volpe (1998), os estudantes apresentam baixo nível de conhecimento financeiro básico (porcentagem de acertos entre 40 e 60% do total), o que se mostra preocupante, à medida que o entendimento sobre taxas de juros, inflação, valor do dinheiro no tempo é imprescindível para a realização de transações financeiras cotidianas.

Já o segundo grupo de questões (conhecimento avançado) buscou explorar o nível de conhecimento em relação a instrumentos financeiros um pouco mais complexos como ações, títulos públicos, diversificação de investimento, risco e retorno. Os maiores percentuais de acerto foram deflagrados para questões que abordavam peculiaridades do mercado acionário, tais como o nível de oscilação da rentabilidade das ações ao longo do tempo, a comparação, em termos de segurança, entre o retorno das ações e dos fundos de renda fixa, o nível de risco oferecido por ações e títulos públicos e o papel exercido pelo acionista. Por outro lado, os menores percentuais de acerto envolveram questões de risco, rentabilidade e características de títulos públicos e fundos de investimento, mostrando que os universitários, inclusive, de áreas como administração e ciências econômicas, que apresentam em sua grade curricular disciplinas de finanças, têm restrito conhecimento sobre essas questões. O conhecimento mais elevado em questões envolvendo o mercado acionário pode se justificar pela maior facilidade de acesso a essas informações, se comparado à disponibilidade de informações sobre fundos de investimento e títulos públicos. Verificando o número de acertos por respondente, constatou-se que 6,7% dos estudantes não acertaram ou não souberam responder nenhuma das 10 questões sugeridas, 42,9% acertaram menos da metade, 22,7% acertaram 7 ou mais questões e somente 0,5% dos estudantes acertaram todas as questões. O baixo desempenho na maioria das perguntas resultou em um nível de conhecimento financeiro avançado de 1,866 (46,65%), valor considerado muito baixo, dado o nível de escolaridade dos respondentes. Tomando por base a classificação de Chen e Volpe (1998), verificou-se, assim como no conhecimento básico, que os estudantes possuem baixo nível de conhecimento financeiro (abaixo de 60% de acertos).

Tendo por base os resultados obtidos na avaliação das questões de conhecimento básico e avançado, chegou-se à média do índice de conhecimento financeiro que foi de 2,51, valor considerado muito baixo, uma vez que o máximo possível de ser atingido eram 5 pontos. Assim, os estudantes pesquisados detêm um grau de conhecimento financeiro abaixo do ideal, o que abre um alerta sobre a necessidade de as instituições educacionais reverem seu

quadro de disciplinas, ampliando a oferta de matérias que abranjam questões de finanças pessoais e questões de cunho macrofinanceiro, como noções de taxa de juros, inflação, mercado acionário, cenário econômico. Além disso, desponta a necessidade de se instituírem programas de educação financeira que possam ser facilmente acessados e que contribuam para a aquisição de novos conhecimentos, uma vez que indivíduos bem educados financeiramente estão mais aptos a tomar decisões certas, sabem a hora de aproveitar oportunidades e conhecem os riscos intrínsecos a essas oportunidades (AMADEU, 2009).

O baixo nível de conhecimento financeiro encontrado não é exclusividade dessa pesquisa. Nos últimos anos, diferentes pesquisadores (Lusardi, Mitchell, 2006; Matta, 2007; Lusardi, Tuffano, 2009; Lusardi, Mitchell, Curto, 2010; Disney, Gathergood, 2010, Rooij, Lusardi, Alessie, 2011) vêm se preocupando em investigar o nível de conhecimento financeiro tanto de estudantes universitários quanto da população em geral e vêm obtendo resultados bastante preocupantes, dados os níveis insatisfatórios de conhecimento tanto em questões de gestão financeira pessoal, quanto em questões mais específicas como crédito, empréstimo, poupança e investimento. Em âmbito brasileiro, um estudo realizado por Matta (2007) com 590 alunos de graduação de cursos específicos da área das ciências sociais e aplicadas, como administração, ciências contábeis e ciências econômicas, revelou o baixo nível de conhecimento financeiro dos estudantes. Verificou-se que 40,7% dos universitários não acertaram mais de 60% das questões, o que aponta para a necessidade de maiores informações relativas aos aspectos financeiros. Ansong (2011), em pesquisa realizada com 343 alunos de graduação da University of Cape Coast (Ghana, África Ocidental), também observou níveis insatisfatórios de conhecimento financeiro. Como instrumento de pesquisa, o autor desenvolveu um questionário composto por 20 questões de múltipla escolha, abordando temas como planejamento financeiro, taxa de juros composta, investimentos de longo prazo, seguros, planos de aposentadoria, fundos mútuos, poupança, ações. Os resultados surpreenderam negativamente, à medida que somente 1 estudante acertou 75% das questões, 4 estudantes acertaram 70% das questões e, em média, somente 35% das questões foram respondidas corretamente, revelando um desempenho bastante aquém do desejado. Tais resultados, segundo o autor, trazem implicações para o trabalho das universidades, uma vez que aumenta a responsabilidade das mesmas em atualizar e fortalecer o conhecimento financeiro dos estudantes.

De acordo com Chen e Volpe (1998), o baixo nível de educação financeira evidenciado em estudos realizados com acadêmicos pode ser justificado, parcialmente, pela inexistência, na maior parte dos cursos, de disciplinas que discutam temas envolvendo

conceitos financeiros. Vale destacar que baixos níveis de educação financeira não são restritos aos países subdesenvolvidos. Um estudo realizado por Sekita (2011), no Japão, revelou que 62% dos estudantes pesquisados (amostra total de 4.739) afirmaram não ter conhecimento suficiente para responder a questões sobre taxa de juros, efeito conjunto das taxas de juros e inflação, diversificação de investimento e risco. Lusardi, Mitchel e Curto (2010), em estudo realizado com 7.417 indivíduos residentes nos Estados Unidos, também observaram baixos níveis de educação financeira entre os jovens, à proporção que apenas 27% responderam corretamente as 3 questões propostas.

Visando a verificar possíveis diferenças de educação financeira entre os grupos, calculou-se o teste t e a análise de variância (Teste F) como pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3: Valor e Significância dos Testes T (1) e ANOVA (2)

Variáveis	Educação financeira básica		Educação financeira avançada	
	Valor do teste	Sig.	Valor do teste	Sig.
Gênero (1)	4,304	0,000	2,527	0,000
Idade (2)	2,952	0,032	1,583	0,192
Estado Civil (2)	2,419	0,120	1,885	0,170
Ascendência (2)	1,274	0,282	3,124	0,025
Independência Financeira (1)	2,371	0,989	1,289	0,596
Dependentes (1)	1,647	0,017	3,075	0,096
Renda (2)	3,403	0,009	2,218	0,065
Fonte de Renda (2)	0,773	0,543	0,585	0,674
Área de ensino (1)	4,450	0,000	9,165	0,000
Instituição pública ou privada	2.357	0.023	0.946	0,282

Fonte: Elaborada pelos autores, 2014.

Foram encontradas diferenças significativas, a um nível de 5%, para as variáveis gênero, idade, ascendência, possuir ou não dependentes, renda, área de ensino e se a instituição é pública ou privada. Observou-se, tanto para as questões financeiras básicas quanto complexas, que as mulheres apresentam maior dificuldade em bem compreender conceitos financeiros e, como consequência de tal fato, exibem menor nível de educação financeira. Tal resultado mostra-se congruente com o estudo desenvolvido por Lusardi, Mitchel e Curto (2010), os quais verificaram uma grande lacuna de conhecimento entre homens e mulheres, sendo os homens os maiores detentores de conhecimento. Chen e Volpe (2002), ao investigar o nível de conhecimento quanto a questões financeiras generalizadas, poupança e empréstimos, seguros e investimento, verificaram que as mulheres detêm menor nível de conhecimento que os homens em todos esses quesitos. Para os autores, uma das

DESENVOLVE: Revista de Gestão do Unilasalle, Canoas, v. 5, n. 1, p. 107-133, jul. 2016.

possíveis explicações para isso reside na maior motivação e entusiasmo demonstrado pelos homens no aprendizado de questões de finanças pessoais e em sua elevada autoconfiança na hora de responder a tais questões. Outros estudos, como os realizados por Lusardi e Mitchel (2006) e Sekita (2011), ampliam as evidências de que as mulheres apresentam maior dificuldade em realizar cálculos financeiros, não detêm o domínio de conceitos financeiros básicos e possuem menor nível de conhecimento, o que acaba por dificultar a tomada de decisões financeiras responsáveis.

No que tange à idade, o resultado encontrado foi surpreendente, à medida que estudantes com menos de 20 anos apresentaram maiores níveis de educação financeira (média 0,66) que estudantes com idade superior a 26 anos (média 0,53). Quanto à ascendência, constatou-se que aqueles de origem italiana são os que apresentam maior entendimento quanto a instrumentos financeiros mais complexos (média 1,88), seguidos dos estudantes de origem brasileira (média 1,59) e alemã (média 1,57). Outra diferença significativa encontrada foi em relação à variável possuir ou não dependentes, sendo que os estudantes que possuem dependentes financeiros (filhos, pais, enteados) detêm maiores níveis de educação financeira básica (média 0,53). Esse resultado pode ser explicado, em parte, pela responsabilidade que essas pessoas têm em subsidiar e manter terceiros e, portanto, em deter maior conhecimento para fazer as melhores escolhas e tomar decisões acertadas e condizentes com suas necessidades. Quanto à renda, verificou-se que os universitários com maior poder aquisitivo possuem um maior entendimento sobre conceitos, práticas e produtos financeiros (média 0,58) se comparados a estudantes com nível mediano ou baixo de renda. Esse resultado é condizente com o encontrado por Collins (2012), que observou que pessoas com baixa renda têm menor conhecimento financeiro, em virtude de não possuir os recursos financeiros necessários para a realização de oficinas ou cursos de educação financeira. Estudos realizados por Lusardi e Mitchell (2006), Lusardi, Mitchell e Curto (2010), Sekita (2011) e Rooij, Lusardi e Alessie (2011) confirmam que indivíduos com renda mais elevada apresentam melhores níveis de conhecimento financeiro.

Quanto à área de ensino, foi possível observar que os estudantes de cursos ligados à área das sociais e aplicadas (administração, ciências contábeis, economia e gestão pública) que possuem em sua grade curricular disciplinas de finanças básicas, mercado financeiro e economia apresentam um maior grau de conhecimento financeiro, tanto em relação a questões mais básicas, vivenciadas e observadas no dia a dia quanto em relação a assuntos de maior complexidade, que exigem estudo e reflexão. Tal resultado evidencia a importância da inclusão de disciplinas que abordem questões sobre gestão financeira pessoal e que tragam

insights sobre conceitos, produtos e práticas financeiras mais elaboradas em cursos não vinculados à área das ciências sociais e aplicadas, uma vez que a presença de tais disciplinas possibilita aos indivíduos maior acesso e compreensão de questões econômicas e financeiras. É importante ressaltar, entretanto, que, apesar de haver diferenças entre os grupos, no geral, o nível de compreensão acerca de conceitos e produtos financeiros é bastante insatisfatório. Por fim, ressalta-se que o ensino em instituições públicas ou privadas apresentou diferença significativa para o nível baixo de educação financeira, sendo os estudantes de universidades públicas detentores de maior nível de conhecimento financeiro básico (média 0,49) se comparados aos estudantes de universidade particular (média 0,44). Todavia, mesmo havendo significância estatística, não há diferenças práticas no nível de conhecimento dos estudantes de universidades públicas e privadas.

Considerações Finais

Em uma cultura que exige responsabilidade individual e autossuficiência, a alfabetização financeira é um componente essencial para uma vida adulta bem sucedida. Há pouca dúvida de que a aprendizagem para a gestão eficaz das finanças pessoais e, especialmente, para o uso consciente do sistema de crédito, desempenha papel central na formação de atitudes e comportamentos responsáveis no que tange tanto a administração das finanças pessoais quanto à vida como um todo. Considerando a importância da alfabetização financeira, este estudo teve por objetivos avaliar o nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários e verificar possíveis diferenças de alfabetização se consideradas variáveis demográficas e socioeconômicas. Para mensurar o nível de alfabetização, foram utilizadas duas proxies, o conhecimento e o comportamento financeiro, sendo considerados alfabetizados financeiramente os estudantes que apresentaram níveis satisfatórios de conhecimento financeiro e comportamentos financeiros positivos.

Inicialmente a Análise Fatorial Exploratória resultou na formação de quatro fatores: gestão financeira, poupança, crédito e consumo e organização e controle dos compromissos financeiros, os quais atenderam aos critérios de adequação e confiabilidade. Verificou-se que os universitários preocupam-se em bem gerir os recursos, controlar e cumprir os compromissos financeiros assumidos, são cautelosos no uso do cartão de crédito, procuram não comprar por impulso, seguem um orçamento mensal e estabelecem metas financeiras. O comportamento mais insatisfatório foi demonstrado para o fator poupança, dado que os estudantes não apresentam hábitos de poupar mensalmente, manter uma reserva financeira

para casos inesperados e poupar visando à aquisição de bens mais caros. O fato de os estudantes não terem bem desenvolvido esse hábito pode se explicar pelo estágio de vida dos mesmos (os jovens não se preocupam tanto em poupar, se comparados a pessoas mais velhas) ou ainda pelo baixo nível de renda, que não permite a formação de uma reserva.

Os testes de diferença de média permitiram constatar que os indivíduos com mais de 26 anos, casados, financeiramente independentes, com níveis mais elevados de renda possuem melhores comportamentos na hora de administrar os recursos financeiros. Esse perfil identifica indivíduos, teoricamente, mais maduros e responsáveis e, portanto, mais atentos à gestão financeira. Já em relação ao hábito de poupar, estudantes do sexo masculino, que não possuem dependentes financeiros e com níveis mais elevados de renda, são mais propensos a desenvolver esse comportamento de forma mais efetiva. Já para o fator crédito e consumo, verificou-se que homens, jovens, solteiros, financeiramente dependentes, sem dependentes financeiros e com renda de no máximo 2 salários mínimos são mais conscientes na hora de consumir e utilizar o cartão de crédito. É perceptível que todos os indivíduos necessitam desenvolver, em pelo menos um quesito, melhores práticas e comportamentos financeiros, uma vez que adquirir comportamentos financeiros responsáveis é uma tarefa de desenvolvimento-chave que deve ser realizada ao longo do caminho para se atingir a autossuficiência adulta.

Quanto ao conhecimento financeiro, observou-se que os estudantes apresentam grandes dificuldades de entendimento acerca de conceitos e produtos financeiros. Tal resultado é preocupante à medida que os universitários não detêm um completo domínio de questões básicas como taxa de juros, inflação e valor do dinheiro no tempo, as quais são pré-requisitos para a realização de transações financeiras do dia a dia. Tal constatação é ratificada quando se observa que menos de 3% dos pesquisados soube responder a todas as 5 questões e que mais de 33% não soube responder a 3 ou mais questões. A situação torna-se mais preocupante quando se avaliam instrumentos financeiros complexos como risco e retorno, diversificação de investimentos, ações, títulos públicos e fundos de investimento - 6,7% dos estudantes não acertaram ou não souberam responder a nenhuma das 10 questões sugeridas, 42,9% acertaram menos de 50% e somente 22,7% acertaram 7 ou mais questões (70% do total). Tais resultados produziram um índice de conhecimento financeiro total (conhecimento básico + conhecimento avançado) insatisfatório, uma vez que os estudantes atingiram somente 50,02% da pontuação máxima possível (2,51 de um total de 5 pontos). Outro ponto a considerar são as diferenças entre os grupos. Apesar de o conhecimento financeiro como um todo ser baixo, os estudantes do sexo masculino, jovens, com maior nível de renda, com

dependentes financeiros e estudantes de cursos que apresentam em sua grade curricular disciplinas de finanças, apresentam um maior entendimento se comparados aos demais grupos.

Como principal conclusão está a constatação de que os universitários não apresentam níveis desejados de alfabetização financeira, dado o comportamento mediano em determinados aspectos de gestão financeira, tais como a poupança e, principalmente, os níveis insatisfatórios de conhecimento e compreensão de questões financeiras. Tal conclusão traz implicações ao ratificar a urgência e a necessidade de serem desenvolvidas ações efetivas para minimizar o problema do analfabetismo financeiro. Uma das possíveis medidas a serem tomadas refere-se à inclusão de disciplinas de gestão financeira pessoal e noções de finanças de mercado em todos os cursos de graduação, independente da área de ensino. Outra medida diz respeito ao desenvolvimento e à adoção de programas educativos, os quais devem promover a educação financeira pessoal nas universidades e nos demais setores da sociedade e devem fornecer informações que possibilitem aos indivíduos gerir adequadamente seu dinheiro, tomar decisões informadas, usar os serviços financeiros de forma responsável, bem utilizar os créditos disponíveis, poupar, investir e planejar o consumo de modo a evitar as armadilhas do endividamento. Os programas de educação financeira devem ensinar não apenas termos e técnicas de gestão financeira, mas também formas de utilizar, eficientemente, os recursos financeiros. Além disso, esses cursos devem incluir disciplinas que demonstrem como as decisões financeiras e seus resultados permeiam outros aspectos da vida e determinam o sucesso ou o fracasso das relações interpessoais, planos de educação e carreira.

A pesquisa teve algumas limitações, principalmente no que se refere à amostra. Embora tenha sido investigado um bom número de estudantes de diferentes cursos e universidades, a amostra não é estatisticamente representativa, o que impede a generalização dos resultados para a região pesquisada. Além disso, pelo fato de o estudo abranger questões de cunho financeiro, os respondentes podem ter ocultado informações, restringindo a análise. No entanto, essa limitação é enfrentada por todos os pesquisadores que se utilizam de questionários para realização de pesquisas, pelo fato de não ser possível garantir a fidedignidade das respostas.

Apesar das limitações, o estudo é um dos pioneiros, em âmbito brasileiro, a avaliar o nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários e a apresentar evidências de que os estudantes não apresentam níveis satisfatórios de alfabetização. Estudos futuros podem ampliar a pesquisa visando a um melhor entendimento dos fatores determinantes da alfabetização financeira e de suas principais consequências. Sugere-se ainda o

desenvolvimento de pesquisas com outros públicos-alvo, a fim de fazer um comparativo, a realização de estudos longitudinais visando a verificar o quanto a educação universitária torna os indivíduos mais alfabetizados e o desenvolvimento de pesquisas visando à construção e validação de um instrumento de pesquisa que permita avaliar a alfabetização financeira em sua totalidade. Por fim, considerando que as finanças pessoais desempenham um importante papel na melhoria da qualidade de vida, os pesquisadores devem se concentrar na realização de pesquisas que busquem respostas efetivas sobre como melhorar os níveis de conhecimento financeiro pessoal e a habilidade para lidar com questões financeiras.

REFERÊNCIAS

- AGARWALLA, S.Kumar; BARUA, S.; JACOB, J.; VARMA, J. **A survey of financial literacy among students, young employees and the retired in India**, Indian Institute of Management Ahmedabad, 2012. Disponível em: <<http://www.iimahd.ernet.in/fls/fls12/youngemployessandretired2012.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2014.
- AMADEU, J. R. **A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular**. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, São Paulo, 2009.
- ANDERLONI, L.; VANDONE, D. Risk of over indebtedness and behavioral factors. In: **Social Science Research Network**, 2010. Disponível em: <<https://www.econbiz.de/Record/risk-of-over-indebtedness-and-behavioural-factors-anderloni-luisa/10008808464>> Acesso em: 27 fev. 2014.
- ANSONG, A. Level of knowledge in personal finance by university freshmen business students. **African Journal of Business Management**, v. 5, n. 22, p. 8933-8940, 2011.
- ATKINSON, A.; MESSY, F. **Measuring financial literacy: results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) pilot study**, 2012. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1787/5k9csfs90fr4-en>>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- BEAL, D.; DELPACHITRA, S. Financial literacy among Australian university students. **Economic Papers**, v. 22, n. 1, p. 65-78, 2003.
- CAMPBELL, J. Household finance. **Journal of Finance**, v. 61, n. 4, p. 1553-1604, 2006.
- CHEN, H.; VOLPE, R. P. An analysis of personal financial literacy among college students. **Financial Services Review**, v. 7, n. 2, p. 107-128, 1998.
- CHEN, H.; VOLPE, R. P. Gender differences in personal financial literacy among college students. **Financial Services Review**, v. 11, p. 289-307, 2002.

- COLLINS, M. The impacts of mandatory financial education: evidence from a randomized field study, 2010. In: **Social Science Research Network**. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1652344>. Acesso em: 25 jan. 2014.
- DISNEY, R.; GATHERGOOD, J. Financial literacy and indebtedness: new evidence for UK consumers. In: **EconPapers**, 2011. Disponível em: <http://econpapers.repec.org/paper/notnotcfc/11_2f05.htm> Acesso em: 09 fev. 2014.
- DONADIO, R.; CAMPANARIO, M. A.; RANGEL, A. S. O papel da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 11, n. 1, p. 75-93, 2012.
- FALAHATI, L.; PAIM, L. H. Experiencing financial problems among university students: an empirical study on the moderating effect of gender. **Gender in Management: An International Journal**, v. 27, n. 5, p. 315-330, 2012.
- GRABLE, J. E.; JOO, S.. Student racial differences in credit card debt and financial behaviors and stress. **College Student Journal**, v. 40, n. 2, p. 400-408, 2006.
- HAIR, J. R.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6ª ed., Porto Alegre: Bookman, 2009.
- HOGARTH, J. Financial literacy and family and consumer sciences. **Journal of Family and Consumer Sciences**, v. 94, p. 14-28, 2002.
- HUNG, A.; PARKER, A.; YOONG, J. Defining and measuring financial literacy, 2009. In: **Social Science Research Network**. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1498674>. Acesso em: 26 jan. 2014.
- HUSTON, S. Measuring financial literacy. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010.
- KNOLL, M.; HOUTS, C. The financial knowledge scale: an application of item response theory to the assessment of financial literacy. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 46, n. 3, p. 381-410, 2012.
- LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. **Financial literacy and planning: implications for retirement wellbeing**, 2006. Disponível em: <<http://www.dartmouth.edu/~alusardi/Papers/FinancialLiteracy.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2014.
- LUSARDI, A.; MITCHELL, O.; CURTO, V. Financial literacy among the young. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 358-380, 2010.
- LUSARDI, A.; TUFANO, P. **Debt literacy, financial experiences, and overindebtedness, 2009**. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w14808.pdf?new_window=1>. Acesso em: 25 jan. 2014.
- LYONS, A. C. A profile of financially at-risk college students. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 38, n. 1, p. 56-80, 2004.

- LYONS, A. C. Credit practices and financial education needs of Midwest college students. In: **Social Science Research Network**, 2007. Disponível em: <<http://www.acrwebsite.org/search/view-conference-proceedings.aspx?Id=6915>>. Acesso em: 26 set. 2014.
- MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- MATTA, R.. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal**. 2007. 214 f. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Ciência da Informação – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- MCCORMICK, M. The effectiveness of youth financial education: a review of the literature. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 20, n. 1, p. 70-83, 2009.
- MENDES-DA-SILVA, W.; NAKAMURA, W.; DE MORAES, D. Credit card risk behavior on college campuses: evidence from Brazil. **Brazilian Administration Review**, v. 9, n. 3, p. 351-373, 2012.
- NORVILITS, J. M.; MACLEAN, M. G. The role of parents in college students' financial behaviors and attitudes. **Journal of Economic Psychology**, v. 31, n. 1, p.55-63, 2010.
- NORVILITIS, J. M.; MACLEAN, M. G. Personality factors, money attitudes, financial knowledge, and credit-card debt in college students. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 36, n. 6, p. 1395-1413, 2006.
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO. **Improving financial literacy: analysis of issues and policies**, 2005. Disponível em: <ftp://ftp.fsb.co.za/public/Consumer%20Education/Presentations/2005%20Improving_Financial_%20Literacy.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2014.
- POTRICH, A. C. G. Alfabetização financeira: integrando conhecimento, atitude e comportamento financeiros. 2014. 177 f. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Administração – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2014.
- REMUND, D. L. Financial literacy explicated: the case for a clearer definition in an increasingly complex economy. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 276-295, 2010.
- RESEARCH, R. **ANZ survey of adult financial literacy in Australia**, 2003. Disponível em: <http://www.anz.com/Documents/AU/Aboutanz/AN_5654_Adult_Fin_Lit_Report_08_Web_Report_full.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2013.
- ROOIJ, M. C. J. V.; LUSARDI, Annamaria; ALESSIE, Rob J. M. Financial literacy and retirement planning in the Netherlands. **Journal of Economic Psychology**, v. 32, n. 4, p. 593-608, 2011.
- SAVOIA, J. R. F. ; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007.

SEKITA, S. Financial literacy and retirement planning in Japan. **Journal of Pension Economics and Finance**, v. 10, n. 4, p. 637-656, 2011.

SHIM, S.; XIAO, J.; BARBER, B. L.; LYONS, A. Pathways to life success: a conceptual model of financial well-being for young adults. **Journal of Applied Developmental Psychology**, v. 30, n. 6, p. 708-723, 2009.

SHIM, S.; BARBER, B. L.; CARD, N. A.; XIAO, J. ; SERIDO, J. Financial socialization of first-year college students: the roles of parents, work, and education. **Journal of Youth and Adolescence**, v. 39, n. 12, p. 1457-1470, 2010.

VITT, L. A. **Consumers' financial decisions and the psychology of values, 2004.** Disponível em: <http://www.isfs.org/documents-pdfs/jfsp-vitt-article-11-04.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2014.

XIAO, J.; TANG, C.; SERIDO, J.; SHIM, S. Antecedents and consequences of risky credit behavior among college students: application and extension of the theory of planned behavior. **Journal of Public Policy & Marketing**, v. 30, n. 2, p. 239-258, 2011.